

BERNARDO GOMES RIBEIRO

ESPAÇO PLANEJADO: O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMO UMA FORMA DE CONDICIONAMENTO DAS AÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano.

Orientador: Prof. Doutor Frederico Guilherme Bandeira de Araujo

Rio de Janeiro
2008

R484e Ribeiro, Bernardo Gomes.

Espaço planejado : o ordenamento do território
como uma forma de condicionamento das ações /
Bernardo Gomes Ribeiro. – 2008.

23 f. ; 30 cm.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de
Araújo.

Trabalho de conclusão de curso (especialização)
– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

Bibliografia: f. 23-24.

1. Planejamento. 2. Espaço. I. Araújo, Frederico
Guilherme Bandeira de. II. Universidade Federal do
Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 658.4012

ESPAÇO PLANEJADO: O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COMO UMA FORMA DE CONDICIONAMENTO DAS AÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano.

Aprovado em:

Prof^a. Dr^a. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr.
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr.
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

RESUMO

Esse trabalho pretende verificar como o espaço racionalmente planejado, onde surgirão novas condutas e uma nova ordem, condicionará as ações dos sujeitos. A partir disso, o objetivo é entender como o planejamento racional é um meio para que uma nova ordem territorial seja inserida como forma de condicionar as ações. Considerando que esse planejamento condiciona as ações, é possível um espaço planejado/racionalizado funcionar exatamente como o almejado, ou seja, como se havia previsto? Isto é, ao se planejar um espaço, criam-se outras normas, outras formas no local aonde ele irá se inserir. Será, então, que os sujeitos que habitarem esse espaço irão agir conforme essa nova norma? Será que esses sujeitos criarão uma outra norma? É a partir de tais questionamentos que guiaremos nossa discussão, pois entender como ocorre o ordenamento dos territórios através do planejamento é de suma importância, assim como compreender de que forma esse ordenamento ajuda a condicionar as ações dos sujeitos. O estudo permite concluir que não é possível entender o "espaço racional" sem considerar outras relações e, dessa forma, o fato de o "espaço racional" e o "lugar" co-ocorrerem no espaço nos ajuda a entender o planejamento para além do simplesmente planejado e concretizado. Ao pensar esse espaço racional devemos, então, considerar outras realidades e relações que vão ocorrer no espaço. O Espaço é formado pelos sistemas de objetos e ações, que nunca podem ser entendidos separadamente, mas somente através do outro.

Palavras-Chave: planejamento racional, condicionamento, ações dos sujeitos, objetos

ABSTRACT

This study tries to verify how a rationally planned space, where new behaviors and a new order will conduct people's actions. From this point, the objective is understand how a rational plan can make a new order as a way to conduct people's actions. Considering that this plan can conduct people's actions, is it possible that a planned/rational space can work as it intended to be? In other words, when a new space is planed, new rules come in this space; is it possible that people who will live in this place will act as the new rules say? Or, maybe, new rules will be made by them? These are the motivations that will guide the discution, because understanding how places are ordered through the plan is extremely important as as the fact that understanding how order influences how order influences people's actions. The conclusion of this study is that we can't understand "rational space" without considering other relations. In this way, because "rational space" and "place" are both in the same space, we can understand planning more than just planned and made. When we think about a rational space it's important to consider other realities and relations that will occur in the space. The space is composed by objects and action's systems, that will never be understood separately, but just one through the other.

Key-Words: rationally planed, conduct, people's actions, objects

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
OBJETIVOS	10
DISCUSSÃO	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

Introdução

O tema da monografia é “Espaço planejado: o ordenamento do território como uma forma de condicionamento das ações”. Este trabalho é de cunho teórico, portanto, não é um estudo de caso. A proposta aqui é apenas abordar uma perspectiva do planejamento, o planejamento racional¹ - como será denominado -, onde este é entendido como um meio para se condicionar as ações dos sujeitos. A partir dessa idéia, iremos teorizar sobre a possibilidade de, através desse planejamento, haver uma homogeneização no espaço quando um mesmo modelo deste for implantado em diversas áreas. Outro ponto a ser discutido é se há a possibilidade desse planejamento se manter conforme a “planta” original, ou seja, se após algum tempo o real continuará igual ao planejado. Ao longo do trabalho, essas questões vão se entrelaçar, uma vez que havendo uma mudança no planejamento original, podemos supor que a homogeneização não se efetivará.

Esse espaço planejado, que visa um determinado modo de ordenamento do território, é entendido, aqui, como um espaço programado, normatizado, racionalizado, onde as ações devem funcionar conforme o objeto solicita-lhes que funcionem, sendo esse objeto o próprio espaço planejado. Como afirma HAESBAERT (2004, p.94), esse ordenamento é uma forma de *“domínio e disciplinarização dos indivíduos”*. Sendo assim, pretendemos observar como o ordenamento territorial visará também o ordenamento dos sujeitos - como já colocado por Milton Santos, Sorel, Gras e Veblen, entre outros autores (SANTOS, 2006).

Esse estudo vem em decorrência de poder-se observar que, ao longo do tempo, através desse processo de racionalização do espaço, do qual se utilizam alguns planejamentos, o espaço planejado vem substituindo paulatinamente o meio natural pelo meio artificial² para o fim de organização de uma sociedade historicamente

¹ Por planejamento racional queremos enfatizar o caráter técnico-científico. Ou seja, quando ciência e técnica passam a serem trabalhadas conjuntamente, estando a ciência à serviço da técnica. Portanto, quando o termo “planejamento racional” aparecer ao longo do texto, será dessa forma que o entenderemos.

² Aqui vale uma ressalva, pois ao nos referirmos ao espaço planejado como uma forma de substituição do meio natural pelo meio artificial não estamos excluindo a idéia de que o espaço “não planejado” seja também um artifício. A nossa intenção foi apenas em dar ênfase ao espaço planejado – numa das formas em que esse pode ser entendido, sendo trabalhado aqui como um espaço racional.

determinada. Esse meio artificial é povoado por objetos que, cada vez mais, vêm impregnados de uma extrema intencionalidade³ (SANTOS, 2006). Por sua vez, a técnica presente nesses objetos é uma forma de exercer o poder, já que por meio dela “[...] se visa o controle da maneira mais perfeita possível, dos efeitos da ação, no espaço e no tempo, por parte de quem o principia” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.77). Segundo HAESBAERT (2004, p.94): “Lefebvre (1986) caracteriza a dominação do espaço, ‘a partir da transformação técnica, prática, sobre a natureza’. Segundo ele (Lefebvre), para dominar um espaço, especialmente na sociedade moderna, em geral a técnica impõe formas retílineas, geométricas, “brutalizando” a paisagem”.

A contribuição do olhar geográfico no entendimento do espaço é, portanto, fundamental, pois observa tanto a relação entre os sujeitos, marcando a subjetivação da organização do espaço, quanto as formas, marcando a sua objetividade; daí tanto as ações, quanto os objetos.

Uma outra contribuição que vêm dos geógrafos é o conceito de lugar. Tal conceito nos ajudará a pensar e compreender esse espaço racional (planejado) inserindo-o em outras relações, o que permitirá a observação de outras racionalidades presentes nele sem ser somente aquela da racionalidade do planejamento.

Entender como ocorre o ordenamento dos territórios através do planejamento é de suma importância, assim como compreender de que forma esse ordenamento ajuda a condicionar as ações dos sujeitos. Por que entender isso?

É sabido que em alguns casos, onde o processo de planejamento foi realizado em áreas carentes, alguns aspectos dessas áreas se encontraram reconfigurados após um certo tempo, alterando, dessa forma, aspectos do planejamento. Há, então, um outro fator relevante ao trabalharmos com essa temática, que é o entendimento da razão pela qual alguns aspectos dessas áreas se modificaram.

O que podemos pensar, então, é que, ao se planejar um espaço, cria-se uma nova ordem territorial, onde “a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos” (SANTOS, 2006, p.94). Ou seja, quanto melhor for o plano de ordenamento

³ Essa intencionalidade é fruto a união entre ciência e técnica. Tal união busca tomar o objeto mais “performático”, ou seja, que a função presente nele se realize com a máxima eficácia, permitindo, portanto, um maior controle sobre as ações dos sujeitos.

territorial, mais próximo do esperado será a resposta dos sujeitos que habitarão o espaço planejado, porque o planejamento estaria controlando mais eficientemente a forma como eles devem se comportar. Assim, o espaço planejado, programado, torna-se facilmente manipulável e sujeito a lógicas externas àquela realidade, uma vez que tendo *“uma organização específica [...] o espaço racionalizado é um espaço que pode ser manipulado como uma coisa”* (FISCHER *apud* SANTOS, 2006, p.296)

Nesse espaço planejado, almeja-se que as ações correspondam às funções presentes nos objetos. Entretanto, mesmo agindo conforme os objetos nos pedem, não necessariamente concordamos com a forma como devemos agir e é dessa forma que SANTOS (2006) nos mostra a relação conflituosa daquilo que ele denomina de horizontalidade e verticalidade:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 2006, p.286)

Objetivos

De modo geral, tem-se por objetivo nesse trabalho verificar como o espaço racionalmente planejado, onde surgirão novas condutas e uma nova ordem, condicionará as ações dos sujeitos. A partir disso, o objetivo central é entender como o planejamento racional é um meio para que uma nova ordem territorial seja inserida como forma de condicionar as ações. Considerando que esse planejamento condiciona as ações, é possível um espaço planejado/racionalizado funcionar exatamente como o almejado, ou seja, como se havia previsto? Isto é, ao se planejar um espaço, criam-se outras normas, outras formas no local aonde ele irá se inserir. Será, então, que os sujeitos que habitarem esse espaço irão agir conforme essa nova norma? Será que esses sujeitos criarão uma outra norma?

Discussão

Em primeiro lugar, deve-se compreender o que entendemos por “espaço racional” e qual definição será utilizada, sendo assim, pretendemos desenvolver uma discussão sobre o que seria esse espaço racional. Em uma análise feita sobre a fábula “Do rigor na ciência” do poeta argentino Jorge Luis Borges, Baudrillard (1991, p.7-8) discorre sobre a realização da simulação, o que contribui para o debate que queremos fazer. Vejamos, primeiramente, a fábula.

[...] Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal Perfeição que o Mapa duma só Província ocupava toda uma Cidade, e o Mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos Apegadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse extenso Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste subsistem despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos”.(Suáres Miranda: Viajes de Varones Prudentes, livro quatro, cap. XLV, Lérida, 1658). (BORGES, 1999, P.247)

Essa fábula mostra a alucinação dos cartógrafos de obterem uma cópia perfeita do mundo real. Tal perfeição encobriria o real uma vez que agora este só poderia ser visto através de seu duplo (o mapa), e que, a partir de então, passaria a ser o próprio real⁴. BAUDRILLARD (1991, p.7-8), ao trabalhar com esta fábula, nos propõe que a invertamos, ou seja, que pensemos não mais no real precedendo ao mapa, mas sim, no mapa precedendo o real – aquilo que ele denomina de “precedência dos simulacros”. Nesse caso, o mapa – uma abstração do real - se tornaria o próprio real e este, o real, não seria nada além de uma cópia daquele mapa. Mas como nos informa BAUDRILLARD (*ibidem*), mesmo invertida, a fábula torna-se inútil, pois algo se perdeu nesse processo: o real e sua cópia não mais se distinguem, a abstração se perde e, com ela, todo o imaginário da representação em proveito de uma realização total, uma vez que a representação se esvai em prol da simulação. Com isso, poderíamos reproduzir através da simulação um mesmo mapa várias vezes no espaço real. Como afirma o autor (*ibidem*): “O real é produzido a partir de células miniaturizadas, de

⁴ Há também, uma outra abordagem possível para essa fábula, a da impossibilidade de se representar o real

*matrizes e de memórias, de modelos de comando – e pode ser reproduzido um número indefinido de vezes a partir daí*⁵. O espaço, então, poder-se-ia tornar-se homogêneo. Entretanto, simultaneamente, esse mesmo processo poderia simular a diferença, já que pequenos ajustes poderiam ser feitos no modelo para dar a impressão de heterogeneidade.

Essa passagem, do mapa para o real, estaria ocorrendo a partir, unicamente, das formas. Milton Santos (2006), na sua *dermaché* na definição de espaço, vai nos mostrar que o espaço não é unicamente formas, materialidade, mas sim, também, os sujeitos, ou melhor dizendo, as ações desses sujeitos. Num primeiro momento, em 1978, o autor define o espaço como sendo formado por fixos e fluxos onde:

os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2006, p.61-62)

Depois, em 1988, ele fala do espaço como sendo formado pela configuração territorial e relações sociais onde:

a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 2006, p.62)

Já em 1996, ele definia o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se

⁵ Esse processo se realiza através do computador que identificaremos adiante no texto como sendo um meio virtual.

realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p.63)

O que o autor está querendo nos mostrar ao longo da sua *dermaché* é que o espaço não é somente materialidade, nem somente ações. Não somente objeto, nem somente sujeito. Sujeitos e objetos devem ser entendidos conjuntamente e, mais que isso, um só pode ser entendido através do outro - assim se constitui o espaço.

O autor torna mais clara a idéia do que ele entende por espaço ao distingui-lo da Paisagem – que, a rigor, seria a parte da configuração territorial possível de se abarcar com a visão. Não há forma mais clara de distinguir Espaço e Paisagem do que o exemplo dado pelo próprio Milton Santos:

Durante a Guerra Fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O Presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que na véspera seria ainda o Espaço, após a temida explosão seria apenas Paisagem (SANTOS, 2006, p.106)

O exemplo é simples e bem didático. A Paisagem é a materialidade. O Espaço é mais que isso porque inclui também a vida que anima essa materialidade. Essa idéia é trabalhada por diversos autores. FERREIRA (2003, p.114), por exemplo, afirma que: “[...] *as formas contêm a sociedade, não sendo [...], simplesmente formas, mas formas-conteúdos*” – idéia que também está presente em SANTOS (2006). Segundo ABREU (2006, p.31):

As formas [...] não têm apenas uma aparência externa, mas também possuem um conteúdo, isto é, realizam uma função. E esta função é determinada exclusivamente pelo período atual de organização social. Formas morfológicas antigas podem, pois, ser chamadas a realizar funções totalmente distintas daquelas para as quais foram criadas; podem, inclusive, desaparecer, se assim o determinar a dinâmica da organização social.

A Paisagem é a forma, enquanto o Espaço é forma-conteúdo, já que o seu conteúdo é social. Como afirma GOMES (1997, p.39): “[...] *abandonamos definitivamente a concepção do espaço sob a perspectiva da forma formata, do dado fixo, da palavra imóvel e, ao contrário, concebemos o espaço como composição de forma formans, de contínuo processo de produção de sentidos e ações*”

Ora, o que pretendemos a partir desse esclarecimento sobre o espaço é mostrar que, quando Baudrillard nos fala da simulação, que seria a reprodução de um real que já não existe mais, ele estaria considerando, dentro do nosso entendimento, apenas um dos aspectos do espaço, que é a materialidade, as formas⁶. Mostremos, então, a relação entre a simulação (que é considerada unicamente a partir das formas) e o espaço racional. Essas formas induzem a ação e é assim que o planejamento racional irá induzir as ações. Isso ocorrerá porque as formas, a materialidade presente no planejamento (ex: ruas, sinais de trânsito, grades, passarelas etc), irão condicionar as ações dos sujeitos. GOMES (1997, p.37), através de um exemplo simples, nos ajuda a entender como no espaço as formas acabam por condicionar as ações. Diz o autor:

[...]uma sala de aula está arrumada de forma a garantir uma certa relação que pressupõe que uma determinada quantidade de pessoas estará ali concentrada disposta em cadeiras e mesas para ouvir uma outra pessoa falar, colocada em uma mesa diante de todas as outras, no caso de uma aula expositiva. Conforme se queira transformar a aula em um seminário, o que se costuma fazer é rearrumar as cadeiras e mesas de forma a criar uma distribuição circular, que é a condição para que todos possam olhar para os lados em perfeita relação de simetria[...]. Para que determinadas ações se produzam, é necessário que um determinado arranjo físico-espacial seja concomitantemente produzido[...]. É claro que há sempre enormes possibilidades de transformar estas práticas e de rearrumar este espaço. O modo como as pessoas dispõem seus móveis e equipamentos de forma diferente dentro de um edifício que possui uma mesma planta básica dos apartamentos é o sintoma disto

Portanto, essas formas podem ser re-arranjadas, re-arrumadas, re-agrupadas. Ou seja, as formas podem condicionar as ações, mas nem por isso elas vão necessariamente determinar fatalmente como as ações se darão. O que queremos mostrar através dessa discussão é que em uma das pontas desse modelo de simulação de Baudrillard, estaria aquilo que trabalhamos aqui como as áreas de planejamento racional, onde o espaço é racionalizado e a disposição das formas é pensada previamente de maneira a condicionar as ações. Nessas formas, muitas vezes, as imposições advindas de fora passam a impor novos comportamentos, gestos e

⁶ Vale ressaltar que o mapa realizado, concretizado no real, estaria apenas se realizando enquanto forma. Portanto, o que devemos nos atentar é para o fato da reprodução de um mesmo mapa várias vezes no real, como nos fala o autor, o que poderia, talvez, levar a um processo de homogeneização. É importante mencionar isso agora, e chamar a atenção para isso, em função do que veremos mais adiante no decorrer do texto.

condutas que acabam por normatizar aquela área através da normatização das funções inseridas nos objetos. Partiríamos, portanto, para a hipótese de que todas as ações poderiam ser dadas como previsíveis, pois elas somente iriam estar respondendo àquilo que o objeto lhe está solicitando. Neste sentido, o meio geográfico, através do ordenamento territorial, condicionaria as ações dos sujeitos. Por outro lado, deixa em evidência a relação entre ordenamento territorial, espaço e técnica, uma vez que quanto mais precisa a técnica presente nesse ordenamento territorial, quanto maior a racionalização nesse espaço planejado, maiores são as chances de as ações funcionarem conforme o planejado, pois mais racional será essa ação e, portanto, mais previsível. Como afirma SANTOS (2006, p.300):

O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia. Esta tanto depende da técnica contida nas coisas e nas ações. A validade mercantil da técnica depende das garantias de que iniciada a ação ela vai ter a trajetória e os resultados programados.

Seguindo SANTOS (2006, p. 290), Godelier é outra de nossas referências teóricas gerais. Ao transferir as duas propostas de racionalidade de Godelier para o espaço geográfico – a racionalidade intencional (que se refere ao agente econômico) e a racionalidade não-intencional (que se refere ao sistema econômico enquanto tal) – Milton Santos nos diz que o *“espaço geográfico [...], por sua existência atual, se incluiria nas condições de racionalidade não-intencional, enquanto no seu planejamento e manejo [o espaço geográfico] poderia ser incluído na forma intencional de racionalidade”* (ibidem). Ao se referir à proposta de Mannheim de distinguir uma racionalidade *substancial* de uma racionalidade *funcional*, SANTOS (2006, p.290-291) afirma que o espaço geográfico, então, se enquadraria numa racionalidade funcional uma vez que o espaço *“envolve uma reorganização tendente a permitir que uma série de ações alcancem objetivos previamente designados, antecipadamente calculados”*. É assim, portanto, que poderíamos pensar num espaço racional sendo planejado para que as ações transcorressem de uma maneira determinada.

Justamente aqui aparece o contraponto das subjetividades do espaço territorialmente ordenado, numa atitude dos sujeitos anteposta à racionalidade

imane no espaço construído com base na técnica. Sabe-se que esse ordenamento territorial visa a ordem dos sujeitos. Só que, da mesma forma que o ordenamento territorial pode condicionar os sujeitos, estes podem transformar o ordenamento territorial, uma vez que, tal como no espaço, o espaço planejado será constituído de sujeitos e objetos, formas e conteúdos. É assim, portanto, que CARLOS (2000, p.62) afirma que: *“ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico”*. Com isso, têm-se que, se alguma área de planejamento mudou, isso pode ter ocorrido porque foi esquecido no seu processo de planejamento que *“as relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inserindo e se realizando”* (LEFEBVRE *apud* CARLOS, 2000, p. 63).

A partir do que foi discorrido acima, vimos que o que estava se buscando com o espaço racional eram seres humanos funcionando mecanicamente. Em *“Memórias do subsolo”*, Dostoiévski faz uma crítica a esse modo de pensar o homem mecanicamente, onde o homem funcionaria segundo uma lei, assim como há a lei da natureza. Embora não pretendamos explorá-la nessa monografia, estando aqui somente como exemplo, nesta obra o autor afirma que:

[...] mesmo que ele [homem] realmente mostrasse ser uma tecla de piano, mesmo que isto lhe fosse demonstrado, por meio das ciências naturais e da matemática, ainda assim ele não se tornaria razoável e cometeria intencionalmente alguma inconveniência, apenas por ingratidão e justamente para insistir na sua posição. E, no caso de não ter meios para tanto, inventaria a destruição e o caos, inventaria diferentes sofrimentos e, apesar de tudo, insistiria no que é seu! [...] continuar convicto de ser um homem e não uma tecla de piano (DOSTOIÉVSKI, 2006, p.44)

A tecla de piano, citada pelo autor, é a idéia do homem apenas como função, como se ele funcionasse como uma máquina⁷.

⁷ Devemos esclarecer que queremos ressaltar, com essa citação do Dostoiévski, a crítica do autor a esse determinismo em relação ao homem. Assim como queremos criticar que haja um certo determinismo quando os objetos condicionam as ações dos homens. Porém, a crítica que faz Dostoiévski diz respeito a pensar que haja no homem uma lei assim como há uma lei da natureza. A nossa crítica diz respeito a pensar que, se os objetos funcionam mecanicamente e eles tendem a condicionar as ações humanas, nem por isso essas ações serão necessariamente mecânicas. Portanto, o homem não funciona

O Espaço, como vimos com SANTOS (2006), é formado pelos sistemas de objetos e ações, que nunca podem ser entendidos separadamente, mas somente através do outro. Assim, ao falar que nosso mundo é um simulacro, Baudrillard – afirmando que o mapa⁸ precede a realidade e pode ser reproduzido infinitamente – só estaria observando uma das dimensões do mundo real – os objetos⁹. Como diz MOREIRA (2005, p.175) em uma crítica ao distanciamento entre a cartografia (como forma) e a geografia (como conceito): *“a geografia ficou com o conteúdo e perdeu a forma. E a cartografia levou a forma e ficou sem conteúdo. Nessa divisão de trabalho reciprocamente alienante e estranha, a cartografia virou uma forma sem conteúdo e a geografia um conteúdo sem forma”*. Baudrillard, então, ao falar do mapa precedendo o real estaria se referindo a uma precedência somente das formas e não da realidade como um todo, pois há nela o conteúdo. Como nos afirma SANTOS (2006, p.294): *“[...] o espaço é um misto, um híbrido, formado[...] da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço”*.

Assim, observamos que os objetos não têm existência própria, eles nos constroem ao mesmo tempo em que nós os construímos, pois é no processo de construção do espaço que o construíamos assim como a nós mesmos. Se adotarmos a perspectiva de que o nosso mundo é um simulacro, no sentido de que ele é imposto a nós, cabe a nós respondermos à imposição segundo nossa norma e é aí compreende-se a importância de se entender o lugar para se entender a resposta a esse planejamento racional¹⁰. O lugar pode responder em conformidade a essa lógica, mas nem por isso é conformista

mecanicamente como a natureza e tampouco como os objetos. Não queremos explorar essa abordagem do Dostoievski, mas apenas apresentar, sobre um outro ponto-de-vista, um outro caráter crítico.

⁸ Embora o mapa possa representar além das formas também o conteúdo social, no nosso entendimento o autor está se referindo exclusivamente às formas. Isto porque em um outro texto intitulado “A transparência do Mal”, presente no livro “Senhas”, o autor nos fala da “cimentagem do território”, ou seja, a transformação do meio natural num meio artificial. Questão essa abordada por nós acima (final da página 1). Se o território está sendo abordado enquanto “formas” e o mapa, agora, precede esse território (formas), é porque o mapa só está considerando as formas e não o conteúdo social.

⁹ Para que o simulacro fosse completo no Espaço não só os objetos deveriam funcionar como máquinas, mas seria necessário que as ações dos sujeitos também assim funcionassem.

¹⁰ Aqui estamos preocupados apenas em apresentar o simulacro como uma imposição, sem nos esmiuçarmos em quais são os objetivos por trás desse simulacro. Uma vez que nosso trabalho é teórico, o interesse é apenas em apontar esse fator e não identificá-lo. Essa imposição poderia, por exemplo, servir para alterar a lógica local e melhor controlar a circulação dos sujeitos.

com ela. É por isso que SANTOS (2006, p.338) afirma que: “a *ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade*”. Nessa forma de entender o lugar não como fechado em-si, mas na sua relação com o todo, é que vamos buscar os fatores que podem levar à mudança no planejamento após a sua implantação, ou seja, quando os sujeitos começarem a habitá-lo.

É preciso então reconhecer nesse espaço o lugar, pois “o lugar é, assim, a porção do espaço para a vida, revelando o plano do micro escala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio que pipoca na metrópole, aproximando seus moradores, que podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação como elementos de sociabilidade” CARLOS (2001, p. 35). O lugar se impõe, também, como uma força de repulsão daquilo que é imposto. Entretanto, o conflito entre uma concepção de lugar restrita a uma fronteira delimitada – visto por algumas pessoas progressistas como uma visão reacionária do lugar – e uma visão mais ampla do lugar – onde não haveria delimitação de fronteiras, mas que pode ser interpretado como uma perda da identidade local – o que há é o sentido global do lugar, pois ele não se encontra à margem do resto do mundo: “o que dá a um lugar a sua especificidade ... [é] ... o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num locus particular” (MASSEY, 2000, p.184). Aqui já podemos identificar uma resposta à homogeneização que poderíamos supor que ocorreria caso uma mesma planta fosse usada em vários planejamentos. Há de se ressaltar a especificidade desse lugar mesmo ele estando ligado a vários outros lugares. Tal relação proporcionará que a resposta de cada lugar seja diferente. Segundo MASSEY (2000, p.185):

É um sentido do lugar, um entendimento de ‘seu caráter’, que só pode ser construído por meio da ligação desse lugar com outros lugares. Um sentido progressista do lugar reconheceria isso, sem se sentir ameaçado. Parece-me que precisamos de um sentido global do local, de uma consciência global do lugar

Ao pensar esse espaço racional devemos, então, considerar outras realidades e relações que vão ocorrer no espaço.

Resumidamente, este trabalho visou, desde o começo, evidenciar que não é possível entender o “espaço racional” sem considerar outras relações e, dessa forma, o fato de o “espaço racional” e o “lugar” co-ocorrerem no espaço nos ajuda a entender o planejamento para além do simplesmente planejado e concretizado. Esclareçamos isso através de uma citação de Milton Santos:

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática [*aqui vemos a presença do racionalismo, de um espaço racional]. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade [*essa escala do cotidiano não exclui a escala global, parte e todo interagem dialeticamente] (SANTOS, 2006, p.339, * trechos acrescentados por nós)

O planejamento corresponderia à escala superior, à ordem global, enquanto que o lugar diria respeito à ordem local, à escala do cotidiano. Como afirma SANTOS (2006, p.322):

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade

Se o lugar, como estamos mostrando, envolve diversas relações, só podemos concordar com SANTOS (2006, 339) quando ele afirma que: *“cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”*. Sendo assim, podemos abranger a resistência do lugar ao global – que tenta se impor – em relação à padronização e à homogeneização da paisagem (das formas). A transformação da paisagem, então, se mostra um elemento de importante transformação do espaço, pois a rigidez dela, de suas formas, (que, assim como ocorre no virtual, tenta se impor no Real) é estilhaçada pela força de uma Realidade, das ações dos sujeitos, que não pode mais ser imposta e cada vez menos se assemelha

com esse Real performático – como o quer o mapa que se insere no real, como se fosse possível tal “perfeição” no real como aquela que se obtém no mapa. A partir desse momento, o Real, através dos sujeitos construtores desse espaço, tende a se impor e reverter a lógica até então presente. O Real triunfará ante a sua virtualização como uma forma de negar as imposições e a partir desse ponto, iniciamos a conclusão do trabalho da mesma forma que o iniciamos: com um conto do Borges e um comentário de Baudrillard.

Considerações Finais

Naquele tempo, o mundo dos espelhos e o mundo dos homens não eram, como hoje, incomunicantes. Além disso, eram muito diferentes um do outro; não coincidiam nem os seres nem as cores nem as formas. Os dois reinos, o espetacular e o humano, viviam em paz; entrava-se e saía-se pelos espelhos. Uma noite o povo do espelho invadiu a Terra. Sua força era grande, mas ao cabo de sangrentas batalhas as artes mágicas do Imperador Amarelo prevaleceram. Ele repeliu os invasores, encarcerou-os nos espelhos e lhes impôs a tarefa de repetir, como numa espécie de sonho, todos os atos dos homens. Privou-os de sua força e de seu aspecto e reduziu-os a meros reflexos servis. Um dia, contudo, eles se livrarão dessa letargia mágica.

O primeiro a despertar será o Peixe. No fundo do espelho perceberemos uma linha muito tênue, e a cor dessa linha será uma cor que não se parece com nenhuma outra. Depois, irão despertando as outras formas. Gradualmente diferirão de nós, gradualmente deixarão de imitar-nos. Romperão as barreiras de vidro ou de metal e desta vez não serão vencidas. Junto com as criaturas dos espelhos combaterão as criaturas da água.

No Yunnan não se fala do Peixe, mas do Tigre do Espelho. Outros pensam que antes da invasão ouviremos, vindo do fundo dos espelhos, o rumor das armas.(BORGES, 2007, p.70)

Como o povo do espelho que invade a Terra, agora temos o planejamento virtual, o mapa, invadindo o real. Não será, então, o povo do espelho que deverá repetir todos os atos dos homens, mas os homens que deverão repetir o que o computador (o virtual) está prevendo que deva ser o real. O mapa inserido no real não passa, então, de um reflexo do que há no virtual, no computador, e tal realidade deverá funcionar exatamente como aquela programada e construída no computador, assim como o povo dos espelhos deverá repetir todos os atos humanos. Porém, da mesma forma que as criaturas dos espelhos começam a se diferenciar dos homens, nós poderemos, também, nos diferenciar desse mapa, dessa realidade programada e construída e iremos reconstruir o mapa segundo o nosso modo.

Há, então, uma possibilidade de romper com esse mundo da simulação, desse espaço racional através, como trabalhamos aqui, da dimensão do lugar, do cotidiano¹¹.

¹¹ Porém, vale ressaltar que não há essa coisa de termos num lado o espaço racional e de outro lado o lugar. O que há, na verdade, é exatamente esse conflito entre um e outro convivendo dialeticamente.

Porém, embora Baudrillard não seja explícito quanto a sua posição, ele parece não compartilhar da mesma idéia que nós, pois segundo ele:

Penso na fábula borgesiana do povo que foi levado ao ostracismo, jogado para o outro lado do espelho e que não é mais que o reflexo do imperador que o submeteu. Seria assim o grande sistema virtual, e todo o resto não seria mais que uma espécie de clones, dejetos, algo abjeto. Porém, na fábula, aquelas populações começam a parecer-se cada vez menos com seu dominador e, um dia, eles retornam para o lado de cá do espelho. A partir de então, diz Borges, eles não serão mais vencidos (BAUDRILLARD, 2001, p.44)¹².

¹² Se prestarmos atenção, o “porém” da citação acima nos dá uma idéia de que ao contrário do povo do espelho, nós não teríamos o mesmo destino. Mesmo não sendo claro se foi realmente isso que Baudrillard quis nos dizer, caso tenha sido essa a sua intenção, notamos, portanto, a divergência entre o nosso ponto-de-vista e o do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
2. BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
3. _____. **Senhas**. Rio de Janeiro: Difel, 2001.
4. BORGES, J. L. Do rigor na ciência. In: **O fazedor**. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: Globo, 1999. p. 247 (Coleção Obras Completas, II).
5. _____. Animais dos espelhos. In: **O livro dos seres imaginários**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
6. CARLOS, Ana Fani Alessandri. "Novas" contradições do espaço. In: **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2000.
7. _____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
8. DOSTOIEVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
9. FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. Deslocações, desativações e redistribuições no espaço urbano carioca: os agentes em ação. In: **A emergência do teletrabalho e as novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo, 2003. p.113-116.
10. GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
11. HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do "Fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
12. MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000

13. MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2005.
14. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
15. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.